

Por onde andei: Administração, Estudos Organizacionais e algumas obsessões...

Pedro Lincoln C. L. de Mattos

Um “depoimento”, como classificado este texto, tende a ter, mesmo em ambiente acadêmico, um tom de conversação. O interlocutor nunca está ausente da linguagem, mas aqui sua proximidade e atitude exigem do depoente pretensões de legitimação especiais. Presentes, sim, mas em segundo plano, ficam a comunicação objetivada e os padrões metodológicos de argumentação aceitos pelo auditório no momento. Neste depoimento, meus interlocutores em Farol exigirão de mim o que estou pronto para prometer-lhes desde já: honestidade ao longo do discurso e clareza no que vim dizer. Da minha parte também, com algum constrangimento, desde já peço desculpas pelo traço inevitavelmente autobiográfico e pelo eventual delírio de alguma confissão

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 4 | AGOSTO | 2015 | ISSN: 2358-6311



teórica... De coração agradeço à Revista e seu editor tal oportunidade, inclusive porque chega em momento adequado de meu tempo.

COMEÇANDO PELO FIM: SOBRE MIM PRÓPRIO

O depoimento põe o depoente na berlinda. No fim, por mais que fale, resta quem fala. Então, com duas declarações, pensei em ajudar o leitor desde o começo do texto a enquadrar quem fala. Primeira declaração: entendam-me como um acadêmico temporão – só vim a participar realmente da vida acadêmica já me aproximando dos 50, há uns 25 anos – atingido indelevelmente pela marca da experiência administrativa (quase 20) e perseguido por preocupações epistemológicas. Sempre me senti na obrigação de responder seriamente à prática, e isso começa por respeitar a face desconhecida do conhecimento. Porque o senso comum não tem compromisso com a epistemologia, mas a ciência, que aos poucos me tomou, tem que ter. E foi por aí também que reencontrei a prática, agora como pragmática. Sou crente de uma pragmática simples, absoluta. Se não é possível sair do plano da ação – esse “de...para” (como direi?) – inclusive nas práticas de lógica formal e nas de auto-ilusão, por que construir epistemologias que o ignorassem? Parmênides e seu intérprete Platão direcionaram nossa cultura ocidental erudita para uma objetivação do ser e – que fatalidade! – confundiram linguagem e realidade (ou

aquela os confundiu). Mas seu arque-opositor, Heráclito, nunca esquecido através de grandes pensadores ocidentais, é que estava certo: só há o vir-a-ser, e quando dizemos que “há” algo ou que algo “é” apenas praticamos um artifício de linguagem e reproduzimos uma longa evolução semântica (KAHN, 1997). Foi longo – de milênios! – o tempo, mas acabamos despertando e encarando a linguagem, inclusive quando ela se escondeu atrás do “sujeito” (o eu pensante objetivado). Conseguimos, por exemplo, surpreender a inevitável substantivação que a linguagem opera para referir-se a processos naturais ou sociais, que atingiram mesmo a famosas descobertas científicas (LATOUR, 2001, p. 133-154). Uma ação marca o método da ciência clássica (a verificação, o teste) e, mais importante, outra constitui a natureza intrínseca da linguagem humana que é comunicação (uma ação social simbólica). Foi por isso que depois de estudar Habermas e Wittgenstein fui fazer um pós-doutorado em filosofia pragmática da linguagem (PUC-Rio, 2002-2003) e hoje me considero aí estabilizado. Inclusive me alegro porque, como pesquisador, sou da área de uma prática, a administração.

Uma segunda declaração, agora em tom de confiança. Certa vez, no início do ano 2000, na banca que examinava minha tese no concurso para a titularidade do magistério superior federal (“O Sentido da Teoria Proposta à Prática Administrativa: Contribuições da Epistemologia Pós-Moderna”), a Profa. Suzana Braga Rodrigues me



fez, com justeza, uma observação crítica, algo assim: “achei no seu texto e na defesa poucas referências à Teoria Organizacional. Não se demonstrou envolvimento maior com ela.” Concordei com a observação e prometi, daí para a frente, tentar agregar melhor ao meu interesse na longa tradição epistemológica ocidental a jovem tradição daquela teoria. Quero evidenciar duas coisas neste episódio. Primeira: constato, ao recordar aquela tese, que já então tinha bem definido o problema central de minha carreira (ou vida) de pesquisador que permanece até hoje: “que faz a teoria – qualquer uma, inclusive aquela socialmente tratada como científica – em uma coisa prática como administração? Que tem realmente a teoria a contribuir para a prática administrativa, posto que ninguém duvida disso?”. Segunda: minha formação pós-graduada em Teoria Organizacional não tem muito fôlego, o repertório da leitura é modesto e o esforço de atualização não vai muito longe. E, 15 anos depois, eu ainda mereceria a mesma crítica da Profa. Suzana, a quem muito estimo, em relação aos Estudos Organizacionais, agora com um puxão de orelhas por não ter cumprido a promessa de então... Preciso ser honesto: não sou um professor de Estudos Organizacionais. Sou um híbrido qualquer que adentrou-se a este maravilhoso universo simbólico da cultura científica ocidental, imensurável e em vertiginosa expansão pela academia; que viu a natureza absolutamente múltipla e muitas vezes contraditória do pensamento das melhores escolas e autores; e entendeu que

poderia levar a vida toda tentando inutilmente estudar o melhor de tudo aquilo, à busca de uma síntese pela qual se definisse, uma “verdade teórica” que passasse a professar e praticar. Tal não existe. Eu precisava, isto sim, compensando com reflexão minha chegada tardia ao campo, ter minhas próprias opiniões e crenças teóricas, abertas à evolução, cuja unidade não estivesse naquela síntese teórica inalcançável, mas em certa “pessoalização”: convicções pessoais pelas quais valesse a pena viver naquele mesmo universo maravilhoso, afirmando-as no ensino e na pesquisa, segundo regras metodológicas ali aceitas. É o ideal da autoria (DEMO, 2008) – eu tornar-me um autor, não porque publiquei, mas porque pensei e formulei de maneira apropriada a um motivo meu. Óbvio, não cabe proporção entre este autor e os autores que marcam e lideram o mundo acadêmico. Mas ainda assim será minha autoria. E posso cultivá-la solitariamente, mesmo hoje, já fora da competição intensa por publicação e prestígio que caracteriza aquele mundo. Acho que poderia ser o mesmo para qualquer um que o quisesse, após os anos necessários para formar convicções.

Após esta primeira seção, que tem ainda dois parágrafos introdutórios, intitulei a seção mais extensa do texto “*Reconstruindo um histórico*”. Aí tento recriar sentidos para alguns eixos de meu passado acadêmico – falarei em três “ciclos” evolutivos em seus traços dominantes, mas não sucessivos no tempo – uma narrativa de fatos

costurados por reflexões. A terceira seção, “*As preocupações obsessivas: teoria, e o mito epistemológico ‘verdade’*”, é uma catarse teórica para a qual peço paciência; e, na quarta, “*Sobre a Administração e os Estudos Organizacionais*”, conto como vim a resolver o enigma que a certa altura do caminho a Esfinge me colocou. Com a idade que chega, e pensando no mundo da Administração e dos Estudos Organizacionais em que vivi bom tempo, vieram-me também perguntas inquietantes – pois que práticas – “Sobre o sentido [ético] disso tudo”, que reuni na última seção.

DOIS “CAVEAT”

Que se acautele, porém, o leitor! Que entenda restritivamente meu depoimento. Que o ponha entre parêntesis, por dois motivos. Primeiro porque estou com o pensamento de Walter Benjamin sobre o sentido da história (2009 [1940]). A narrativa histórica não é do passado, ela é o presente e não é possível deixá-lo, com tudo o que no escritor e no contexto são do momento. Por mais objetiva que se pretenda, ela é produzida pelo presente. Não só porque o chamado “recorte”, metáfora pobre, segue as intenções do texto; não só porque as memórias de fatos são seletivas, consciente ou inconscientemente, mas porque, mais profundamente, o tempo se produz e se revela como a sair de dentro de si, irreversivelmente, concepção que é também de um Prêmio Nobel, Ilya Prigogine (1996, as estruturas dissipativas e a função irreversível

do tempo, “a flecha do tempo”). E assim é a cultura, recriada. Pretendo-me honesto quando aqui encadeio e qualifico o passado, mas sei que estou, de fato, a recriá-lo. Isso não desautoriza nenhum trabalho de historiador em estudos científicos, de jornalista em documentários, de investigador em levantamento de fatos-causas, de depoentes em recuperação de sua experiência, se todos declararem objetivos e intenções. Iludido estaria, contudo, quem desconhecesse ou esquecesse, pela viva composição da linguagem, esta regra básica de toda narrativa. E aproveito esta ponta de contexto para declarar a intensidade com que internalizei a visão pragmática de Lyotard (1984) sobre a linguagem e as narrativas de conhecimento hoje. Por esta leitura, aceito toda cautela do leitor.

Segundo, em boa parte do texto falarei de convicções – e isso é problemático. Porque a narrativa pode envolver uma tensão entre vigor da afirmação e alcance da argumentação lógica de prova. Aparentemente, a convicção traria elementos emotivos, arrastados pela adesão pessoal a certa teoria ou afirmação explicativa da realidade, militando contra o pensamento analítico e a objetividade do discurso científico. Mas a convicção não está ao alcance de nossas escolhas: vai-se formado, e brota. E quem sabe por quais caminhos? Sob o impacto de que argumentos, ou de que fatos da vida? Em que momento alguém realmente muda de opinião ou, talvez de

forma subconsciente, ultrapassa a barreira que separa discursos fáceis, quase hipostados, e compreensão não linguística do que é preciso fazer agora? Mezirow (1978) fala dessa aprendizagem interiorizada como “transformadora”, mas, ao tentar “praticizar” sua ideia, vê aquela atividade ao final de um processo reflexivo formal (1991). Não é assim. Para o bem ou para o mal, para crescimento pessoal ou decadência, convicções de alguma forma estão constantemente se formando, se consolidando ou desfazendo em nós, vida afora. Assim, não se esconde que neste depoimento as convicções dirigem a peça e não raro entram sozinhas no palco. Alegam a seu favor o fato de que condensam – embora não se saiba dizer como – anos de observação, reflexão, discussão – e, além disso, que se louvam no permissivo da regra de estilo (pediu-se apenas um depoimento...).

RECONSTRUINDO UM HISTÓRICO

O primeiro ciclo: a racionalidade administrativa

Vivi o tempo anterior ao surgimento de “Estudos Organizacionais” – a defasagem era de décadas em relação às matrizes norte-americanas. Como assim? – indagará talvez perplexo o leitor. Mais ao final deste depoimento tentarei justificar meu ponto de vista, que, apenas para tornar o relato menos cansativo (...), anuncio: nas primeiras décadas do Século XX ou mesmo até o desenvolvimento da sociologia das organizações, iniciada quase na metade daquele século, não havia “Estudos Organizacionais”, havia “Administração Científica”, “Management Science” ou coisa parecida.

No meu curso de graduação em Administração na UFPE (1970-1973), que fiz já licenciado em filosofia (Universidade Católica de Pernambuco, 1969), não estudei nada parecido com Estudos Organizacionais. Mas entusiasmei-me com a ideia de racionalização, central à concepção de administração àquele tempo e naquele curso, poucos anos antes criado por um grupo de profissionais. Como era estético o nosso O&M!... Incluía diagramas de estrutura (relações hierárquicas e unidades organizacionais) e de fluxo, imaginados com prazer e desenhados à mão, quadros de



distribuição do trabalho, técnicas de controle financeiro, de suprimento e de produção em série, em ambiente de fábrica ou de escritórios (neste caso, o PERT/CPM era o máximo...), elaboração de manuais de procedimentos e atos normativos. A APO – uma sigla que socialmente valia mais que a própria coisa, a Administração por Objetivos – já representava uma nova geração e, de qualquer forma, a administração (a “gestão” era incipiente) sabia o que fazer, pois tinha claras as suas funções: o famoso PODSCORB (*Planning, Organizing, Staffing, Directing, Coordinating, Reporting and Budgeting*), de Gullick, era melhor que as cinco clássicas de Fayol. Dominar estas coisas e aplica-las era o diferencial do profissional da administração científica. Professavam-se “princípios” (ao estilo Fayol ou Taylor) e discorria-se a linguagem teórica da racionalidade da ação organizacional orientada para objetivos, mas o núcleo duro do conhecimento era a técnica, mesmo que à vezes chamada de teoria. Todos deviam ler *As Funções do Executivo*, de Chester Barnard (original de 1938), um clássico.

Indubitavelmente, administração era sobre prática, já profissionalizada. É curioso notar que, àquele tempo, eram perfeitamente inteligíveis e utilizáveis os trabalhos de psicólogos como Elton Mayo, Douglas McGregor e Abraham Maslow ou de uma assistente social, depois consultora do presidente Theodore Roosevelt, Mary Parker-



Follet, (que não levou adiante sua vida acadêmica após ter sua inscrição para o doutorado em Harvard recusada por ser mulher). Ainda mantinhamos firmes os pés na prática e, institucionalmente, os centros de força dos departamentos de administração eram os cursos de graduação, inclusive porque a definição de vagas e cargos se fazia primeiro em função do crescimento vertiginoso que então ocorria nas matrículas daqueles cursos. Hoje, isso me admira pelo contraste que veio a formar-se depois, já na década de 1990 ou na de 2000, com os programas de pós-graduação (*stricto sensu*) passando a catalizadores do crescimento dos departamentos de Administração e de sua estruturação organizacional, com o requisito básico de “ter pelo menos o mestrado” para o acesso ao magistério, e a motivação maior da carreira docente passando a girar em torno daqueles programas. E aí vejo quão irreflexivamente as reformas curriculares do curso de graduação inseriram neles conteúdos teóricos típicos da pós-graduação, “suavizada” a linguagem, e também entendo o incômodo dos doutores – às vezes chamados “PhDeuses” – ao terem que assumir ali parte de sua carga horária. Até hoje acho que os pecados da pesquisa e pós-graduação, quem paga é a graduação.

Já com 28 anos, fiz um curso de graduação em Administração meio superficial. Não estudava muito, não só porque trabalhava o dia todo na Reitoria da UFPE, como porque, por minha formação clássica e em filosofia – estudara em seminário religioso tendo ali feito, inclusive, quatro anos de teologia e me envolvido com o



existencialismo personalista cristão de Emmanuel Mounier – achava aquela teoria toda uma coisa rala, sem densidade; a técnica, algo novo, interessante, mas ambas eu entendia rapidamente, quase que “por mim mesmo” (aprendera no seminário a estudar sozinho e sempre admirei o autodidatismo de meu pai). Lembro-me que, quando me preparei intensamente, aí sim, para o concurso público para a carreira do magistério superior federal, em 1974, meu exemplar de Hanika (1974) acabou todo riscado e cheio de anotações de um empolgado leitor...

Minha prática até 1977 consolidou essa prioridade valorativa e paradigmática. Minhas primeiras atividades no mundo do trabalho foram na administração central da UFPE, a partir de 1968, e em uma empresa de consultoria (pesquisa para reformas estruturais). Também reconheço como um vetor e primeiro rumo de interesse profissional no serviço público federal o Curso (e subsequentes atividades) de Reforma Administrativa do Serviço Público Federal, patrocinado pelo Ministério do Planejamento na transformação decisiva para aquela área, trazida pelos decretos-lei 200/67 e 900/69. Tornei-me Agente da Reforma Administrativa (!) e isso foi decisivo para o curso de graduação em Administração, com especialização em Administração Pública, que fiz na própria UFPE, de 1970 a 1973.

A esta altura, porém, e antes de entrar no “ciclo” seguinte, é preciso caracterizar bem a transição desta fase de primeiras marcas, verificada até 1977, para o que veio a partir dali. Um conceito básico poderia simbolizar a diferença de épocas nos meios acadêmico-profissionais de que participei: “organização”. Nos dois significados que competiam, houve quase uma inversão na autorização de uso especializado. O desenvolvimento teórico da expressão subsidiava inicialmente a atividade estruturadora do administrador profissional, obedecia ao paradigma racional. Na década de 1970, no entanto, “organização” passou a circular em cursos e pesquisas significando apenas uma realidade social, objetiva, cuja complexidade não vinha da prática profissional, mas da definição substantiva das relações que se entrecruzavam ultrapassando limites formais e unidades institucionais. O paradigma passou a ser o do sistema social. Situo o *Images of Organizations*, de Garrett Morgan (1986), não como marco da transição paradigmática da metáfora mecânica para a metáfora orgânica, ou outra que menciona, mas como já representando um posicionamento no novo polo desta mudança. Afinal, a qualificação “máquina” já dizia tudo: que leitor de então ainda a preferiria? A obra foi um esforço de sistematização do momento da pesquisa na área – e um brilhante golpe de retórica acadêmica – assim como tinha sido o citadíssimo e sedutor esquema quadripartite de paradigmas, de Burrell e Morgan (1979), ou, na tradição francesa, os quatro polos metodológicos de

Bruyne, Herman e Schoutheete (1991 [1974]), de admirável sobrevivência. Como gostamos de artificialismos! Morgan tentou, já quase no declínio da onda que projetou sua obra a *best seller*, “traduzir” as quatro imagens em sugestões práticas (*Images of Organizatios, the Executive Edition*, de 1998), mas o esforço nunca foi muito considerado, pois o livro, lançado em português em 2002, não parece ter entrado nos programas de graduação, ao contrário de sua versão original acadêmica (MOURA, 2009, Anexo).

Assim formei eu minhas convicções teóricas sobre o que pudesse significar “administração”. O paradigma racional veio a ser contestado, instabilizado e derivou para outros domínios. Mas não consegui mais livrar-me da prática...

O segundo ciclo: o trabalho teórico sobre a organização

Em 1977 e primeira metade de 1978, cumpri 40 (!) créditos de disciplinas no Mestrado em Administração Pública da então EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública, uma carga horária não atingida pela maior parte dos doutorados de hoje; tal, que me levou à quase dispensa de tomar cursos (disciplinas) na London School of Economics, para o Ph.D. (1984-1988). Aquele curso estava alinhado com tendência da pesquisa para programas de administração onde acadêmicos, liderados por grandes universidades norte-americanas (no caso, sobretudo a da North Carolina), passavam



a representar a centenária tradição gerencial da administração. Apesar de grande aceitação nos ambientes profissionais – ou talvez até por isso – a imensa obra de Peter Drucker não era sequer mencionada. Não conhecíamos a expressão “Estudos Organizacionais”, mas ali estava amplamente estudada a sociologia institucional e organizacional de matrizes norte-americanas que teve como seus ícones nomes clássicos como J. D. Thompson, T. Parsons, R. K. Merton e sobretudo H. A. Simon e F. Selznick. Já A. Gouldner e R. Bendix nos traziam o Weber da teoria da burocracia nas grandes organizações modernas, e até hoje tem lugar privilegiado em minha estante – ainda que só por motivos sentimentais – o volumoso *Inside Beurocracy*, de A. Downs. A teoria institucional de então, com fortes vínculos com a economia (estudei C. Lindblom e P. M. Jackson), hoje chamada “antigo institucionalismo”, parecia elaborada para as grandes empresas americanas e instituições públicas: a citada obra de Downs, por exemplo, foi financiada pela Rand Corporation, e *Implementation*, de J. Pressman e A. Wildavsky, dentro do Oakland Project, foi escrito como uma resposta direta à ineficiência de programas governamentais. Como era de se esperar, identifiquei-me, à época, com esta literatura institucionalista. E a alcunha um tanto maldosa de “antigo” (institucionalismo) perde o sentido diante de uma compreensão kuhniana da história das ciências, onde não se sustenta uma linearidade cumulativo-progressiva nos sucessivos paradigmas de ciência normalizada.

Considero que os Estudos Organizacionais, que já respiram ares de nova teoria institucional, só vieram a marcar sua história entre nós no Brasil com a publicação do primeiro volume da série de coletâneas *Handbook of Organizational Studies* (1ª edição de 1996 e tradução brasileira de 1998). Colocando P. Berger e T. Luckman (1967), obra que me causou impacto sedutor, acima e na condição de inspiradora, o *Handbook* significou a plena chegada da sociologia organizacional não-parsoniana e, sobretudo, da antropologia cultural e da fenomenologia herdada de A. Shultz por H. Garfinkel, à área de Administração, dando-lhe novo rumo, tanto temático quanto metodológico. Os volumes do *Handbook* foram referência que revisei inúmeras vezes em anos posteriores. Alguns de seus autores se tornaram ícones na Academy of Management - AoM, e conseqüentemente em suas (quase) afiliadas, como a jovem Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ANPAD (só em 2005, estatutariamente reestruturada como Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração - ANPAD). Volto logo adiante a ela, a que muito devo.

De qualquer forma, o mestrado na EBAP foi um choque paradigmático com o meu passado de "administração racional", e a nova orientação se impunha com autoridade institucional incontestável. Este ciclo, iniciado com o mestrado EBAP, que



acabo de descrever, estendeu-se aos anos 1990 e adentra minha vida na ANPAD, mesmo depois do doutorado.

Houve, porém, um hiato neste que chamo segundo ciclo: interrompi minha iniciante carreira acadêmica de 1979 ao segundo semestre de 1984. Estes cinco anos e meio foram da mais intensa (entenda-se também estressante) experiência administrativa. Em Brasília, à disposição do então Ministério da Educação e Cultura, fui assessor de planejamento de uma fundação, em seguida do próprio Ministério e seu Secretário Geral Adjunto (1982-1984). É verdade dizer que a teoria organizacional do mestrado tentou fazer-se presente, mas os problemas político-administrativos não davam tempo, e a relação possível entre estas coisas ficou rara e artificial. Depois veio, como já mencionei, o doutorado na The London School of Economics and Political Science - LSE (1984-1988), e a retomada do magistério só se deu em 1989.

ANPAD

Só aí começou, com enorme repercussão em minhas convicções, o convívio com a comunidade ANPAD, então vivendo em torno dos encontros anuais, onde tive o privilégio de acesso pessoal a lideranças acadêmicas e políticas das áreas Organização e Ensino de Administração – esta, extinta por alguns anos, foi retomada em 2005, como Divisão de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, EPQ



(antes EPA), de que fui o primeiro coordenador (até 2008), continuando a participar de coordenações temáticas até 2012.

Como meu novo grupo de referência, a ANPAD – a ANPAD da histórica expansão dos anos 1990 até primeira metade da década de 2000 – é vista por mim hoje, claramente, como o grande centro de aculturação dos milhares de estudantes de pós-graduação e professores-pesquisadores entrantes. Aquela expansão, que não se mostrou mais qualitativa quando os encontros setoriais se tornaram, em vários casos, um transbordamento de demanda dos espetaculares EnANPADs (encontro anual da ANPAD) do Windsor Barra Hotel, dividiu a história da ANPAD em duas fases distintas. Embora tenha colaborado intensamente com a segunda fase, sinto que fui atraído pela primeira. Ali formei a imagem de uma comunidade de pesquisadores movidos por dedicação e pioneirismo, onde era possível encontrar amigos, quase “companheiros de ideal”. Tive também meus mentores, acadêmicos que me foram referência, o Prof. Carlos O. Bertero tendo sido um deles. A emulação dos programas de pós graduação, em um misto de intercâmbio e competição, era o ambiente que nutria a todos nós. Só depois, com a plena implantação do modelo classificatório da CAPES, “produzir trabalhos” e publica-los deixou de ser um objetivo espontâneo, mais próximo ao espírito de consagração à vida acadêmica, certo deslumbramento pela ciência, para se tornar quase uma compulsão mal refletida, uma questão de



carreira. Não sei se esta crítica é saudosismo ou fuga para um ideal acadêmico que não volta. Mas alguma coisa boa morreu, talvez antes de deixar raízes mais profundas. A última seção volta, de certo modo, a essa questão da academia de administração. Acho que o futuro da ANAD é tornar-se uma federação de associações de pesquisa que um dia foram suas divisões acadêmicas e cuja identidade não se constrói mais em convergência. Mas não posso nem quero justificar isso agora. Mais adiante, na quarta das seções do texto, limitar-me-ei a falar das “tradições”, e mesmo das “administrações”.

O choque de “meu institucionalismo” com os Estudos Organizacionais foi frontal mas de bom nível, e ainda dura sob a forma de questões mal resolvidas. A lembrança, porém, que me ficou representando isso, é hoje a de diálogos que tive entre 1998 e 2002 com o Prof. Marcelo Milano Falcão Vieira, de quem ficou a saudade. Ele chegara do doutorado na Escócia, participava de coordenações na Divisão de Estudos Organizacionais, e veio a criar, com colegas a quem dedico respeito e amizade, o Observatório da Realidade Organizacional. Ele era um representante autêntico do grupo. Que esta menção a ele seja também minha homenagem.

Na UFPE, o então Curso de Mestrado em Administração - CMA só se iniciou em 1995, mas antes seu grupo original de professores já participava ativamente dos EnANPADs. O doutorado e o status de Programa só vieram no ano 2000.

O terceiro ciclo: dois novos eixos

Ainda em meio à década de 1990, impressionou-me ler de Gadamer que estamos inteiramente imersos em linguagem e, de antropólogos que estudaram povos primitivos, que era conotativo o sentido de quase toda linguagem falada: algo era significado pelas relações, por seu lugar ou função na vida. Havia também outras evidências de que isso não desaparecia na linguagem corrente das populações letradas e de que a denotatividade, descrição das coisas por suas qualidades componentes, um ideal de culturas com linguagem mais elaborada, bem poderia ser uma aprendizagem superposta por condicionamento. A pergunta era: até onde iria o alcance epistemológico da própria linguagem? Mas, antes: como entender a linguagem? Quando, ainda em 1997, me aproximei de colegas da área de Linguística, que viviam um momento de grande renovação sob a liderança do Prof. Luiz Antônio Marcuschi, filósofo e linguista já então de renome nacional, ainda não tinha ideia do que a pragmática da linguagem – linguagem entendida como ação, antes que expressão – poderia trazer para meus interesses de pesquisa em administração.

Só bem depois, 2000/2001, fui estudar seriamente o “segundo” Wittgenstein (1996 [1936-1951], 1958 [1933-1935]) e entender a radicalidade de seu pensamento, que o fez marginal à filosofia analítica de que tinha sido expoente, a mesma filosofia que à época (primeiras décadas do Século XX) produzia o positivismo lógico, em sua linha de pesquisa de uma linguagem segura para a ciência. Ainda em 1998, em preparação à tese para o concurso de professor titular, dediquei, em licença, vários meses a estudar Jürgen Habermas, orientado pelo Prof. Manfredo Oliveira, que me aconselhou começar Habermas “pelo final”: “Pensamento Pós-Metafísico: Estudos filosóficos” (1990 [1988]). (Sinto que ainda preciso voltar algumas vezes aos primeiros capítulos desta obra única para a compreensão do que aconteceu com a cultura filosófica ocidental, pois reconheço que ainda tenho um pé no paradigma que ele abandonou e chama “filosofia da consciência”.) Estes dois autores-fonte, fundamentais para mim, se alinham, já que Habermas, bem antes, nos estudos prévios à Teoria da Ação Comunicativa, de 1981, uma “pragmática universal”, diz que tomou a ideia de jogo de linguagem, de Wittgenstein, “como fio condutor do desenvolvimento de uma teoria da sociedade posta em termos de teoria da comunicação” (HABERMAS, 1997 [1970/1971], p. 58). Embora seja apenas um entre os muitos que, desde meados do século XX, desenvolvem a pragmática da linguagem em várias disciplinas, o nome de Wittgenstein costuma simbolizar a radicalidade operada em nossa epistemologia

milénar com esta concepção de linguagem. O próprio Manfredo publicou, em 1996, "Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea", extenso trabalho revendo os autores que formam o contexto do tema. Aliás, desde a coletânea de R. Rorty (1967) a expressão "*linguistic turn*" veio a ser consagrada.

Assim, quando fui fazer um pós-doutorado no Departamento de Filosofia da PUC-Rio, com o Prof. Danilo Marcondes, reconhecido pesquisador em Filosofia da Linguagem, em 2002-2003, já me esforçara para elaborar implicações da pragmática da linguagem para a pesquisa, o ensino e a consultoria na área, com aparente aceitação institucional (trabalho EPA premiado no XXV EnANPAD, 2001). Meu trabalho principal naquele estágio pós-doutoral, relativo à linguagem de consultoria, foi apresentado no XXVII EnANPAD, 2003. Os projetos de pesquisa CNPQ 2004-2007 e 2009-2012, e outros em que investiguei campos de prática problemáticos na área, tinham como base da metodologia adotada o revelador significado pragmático da linguagem em uso e a intenção do falante no contexto de relacionamento, inclusive com o próprio entrevistador. Afastei-me, de vez, de procedimentos de análise e interpretação, no Brasil autorizados pela obra de L. Bardin (2002), que tomavam textos como fatos em si, em sua formalidade léxica ou mesmo nos limites semânticos de simples atos locucionários.



Para caracterizar adequadamente este período de formação de convicções epistemológicas trazidas para minha vida de pesquisador, que vai da segunda metade dos anos 1990 até hoje, é preciso mencionar outro eixo, outro movimento que se desenvolvia paralelo: a epistemologia crítica da ciência no paradigma da modernidade em que se firmou. O artigo do Prof. Boaventura de Souza Santos (1988), da Universidade de Coimbra, elaborado, aliás, quando estava temporariamente no Brasil em 1988, foi para mim seminal. O mesmo texto foi depois republicado (SANTOS, 2000). Não sei quantas vezes o reli e o tomei como leitura na disciplina Ciência e Conhecimento em Administração, no mestrado e doutorado da UFPE. Encorajou-me a adentrar os estudos de história e de sociologia da ciência, dos quais foram pioneiros Koiré, Canguilhem, Kuhn, Feyerabend, Foucault e tantos outros. Estava desnudada a face social, histórica e cultural da ciência, sua motivação, formulação, método, paradigmas de normalidade e por terra caía como mito uma evolução cumulativa de paradigmas e teorias científicas. O que tomei, contudo, como mais importante, a partir das pesquisas pioneiras da chamada Escola de Edimburgo – onde é oportuno notar a obra de David Bloor “*Wittgenstein: a social theory of knowledge*”, de 1983 – é o rompimento das barreiras disciplinares que pretendiam deixar a questão epistemológica para a pesquisa filosófica, posição não mais sustentável. O elemento contextual de mudança social pesquisado pela sociologia tinha, ele próprio, valor epistemológico: definia a própria epistême (no sentido de Foucault, 1981 [1966]) da

ciência, a própria “lógica da descoberta”, não apenas o que os positivistas lógicos e o próprio Popper chamavam, nesta distinção bipartite, “o contexto (social) da descoberta”.

A sociologia da ciência, inclusive a “micro-sociologia da ciência” – autores como Latour, Collins, Pinch, Knorr-Cetina, Pickering, com destaque para Fleck (2010 [1979]) – teve impulso inovador nas décadas de 1980 e 1990, e até minha aposentadoria em 2008, forte presença em minhas aulas ou pesquisas e influência em minhas convicções. Fui introduzido nestas leituras pelo Prof. Simon Schwartzman, ainda no início dos anos 1990, e passei a segui-lo nos estudos sobre a profissão acadêmica, um fenômeno social e institucional marcante na segunda metade do Século XX. Além do interesse puramente epistemológico, a consequência deste movimento à sociologia do conhecimento é que a historicidade e culturalidade da ciência passavam a ser-me conceito matriz, assim como a distinção, comumente desprezada, entre “científico” e “acadêmico”. Isso arrastou-me para uma preocupação com o desenvolvimento institucional da ANPAD, *foyer* da pesquisa na área, e foi por isso que, quando coordenador da Divisão EPQ, criei (2007) uma Área “Estudos Gerais e Reflexivos do Campo” (EPQ-C), para ela convidando pesquisadora de grande credibilidade, a Profa. Sylvia C. Vergara. Depois transformada em Tema, a área era constantemente mal-entendida na submissão de trabalhos, apesar de claramente descrita como “Estudos



que tematizem a própria Área de Administração e Contabilidade como um todo”. Hoje o Tema 9 denomina-se “Estudos Históricos, Reflexivos ou Críticos sobre as Áreas de Administração e Contabilidade”.

AS PREOCUPAÇÕES OBSESSIVAS: TEORIA, E O MITO EPISTEMOLÓGICO “VERDADE”

Agora cabe uma recuperação reflexiva sobre duas questões quase obsessivas que começaram por minha vida de pesquisador e alcançaram minha vida pessoal – sem excluir a hipótese psicanalítica de que este movimento tenha, inconscientemente, precedido aquele. Elas, que talvez sejam mesmo uma só, me representariam bem e ajudariam a entender, como *themata* subjacentes (Holton), quase tudo que imaginei e escrevi.

Teoria é, há mais de 15 anos, um tema que me reaparece de mil formas. Não vou começar explicando o que entendo por “teoria” para, como dizem os formalistas, “poder falar dela”. Já fiz isso e não quero mais fazer. A exatidão de definições não resolve problemas teóricos, tenta resumir soluções como se fossem finais. Desconfio, inclusive, que didaticamente dificultam mais do que ajudam. Por crer, com Habermas, que a comunicação é a referência última, prefiro, agora, supor o que o leitor iniciado já tem na cabeça e restrinjo-me a esclarecer: ao falar “teoria”, na síntese integrativa ou em seus conceitos representativos, refiro-me ao conhecimento discursivo ou analítico elaborado de forma a garantir-se comunicativamente. O termo se refere tanto ao próprio estilo discursivo quanto aos temas que intitula. As ciências se representam por suas teorias, como o que de melhor produziram. O



trabalho em Estudos Organizacionais é (metodologicamente) com teoria e para (melhorar uma tradição de) teoria.

Entre 1999 e 2001, coordenei projeto de pesquisa: “Da Teoria à Prática nas Organizações: uma abordagem pluridisciplinar”, que foi financiado pelo CNPq. Em torno do tema ele reunia três departamentos acadêmicos da UFPE (Administração, Psicologia e Letras e Linguística) e uma empresa de Consultoria Organizacional, com experiência em pesquisa (Valença & Associados – Estratégias de Ação). Penso que esta pesquisa foi um vetor importante da direção que tomou minha investigação pessoal (“pessoal”, porque não deixava de me acompanhar). A questão é: como tentei eu conciliar minhas fortes marcas de prática, o exercício real da administração, seus problemas refratários à teoria, com o que comecei a professar nas salas de aula e em participações nas discussões da comunidade acadêmica? Cansei, completamente, da superficialidade da discussão teoria (versus, ou não) prática. Bem mais adiante, vim a apresentar no EnANPAD 2010 um texto mostrando por que acho esta uma discussão que acaba em vazio devorador – “buraco negro”, disse então – e deve ser deixada de lado entre nós, abrindo-se, no lugar dela, outro espaço de reflexão, hoje urgente: o que é e como trabalhar com teoria aqui nesta área. Nos parágrafos seguintes, vou além daquele aspecto introdutório, focando agora em como veio a evoluir dentro de mim o problema “teórico-pessoal”, e onde acabei chegando.

Postado no mundo da teoria, como representações conceituais criadas, supostamente a partir, sobre ou por causa da experiência prática, eu entrei inicialmente na ideia da correspondência teoria-prática. Nunca a professei, mas era a suposição implícita ao comportamento. Afinal, sem isso – assim como na correspondência conhecimento científico-realidade – como sustentar-se o prestígio social da academia, do professor? Opiniões justificadas, muitos as dão. Também sem isso, como seria sustentável a conhecida e politicamente suspeita ideia da pirâmide do conhecimento em administração, em cujo topo estaria a pesquisa acadêmica e na base o saber dos profissionais no dia-a-dia, conectados pela elaboração conceitual intermediária e prática dos (bons) consultores? Qual seria então meu trabalho ao ensinar e treinar à base da tradição teórica? Não seria, por outro lado, evidente que a academia, sobretudo nas ciências sociais, era um campo de discussão, pleno de indisfarçáveis divergências internas e diferentes métodos de pesquisa? Perguntas inquietantes.

A mutualidade das causas e influências, as “conexões ocultas” (CAPRA, 2002), e a não linearidade na preservada correspondência teoria científica-realidade, como Morin imaginou longamente nos cinco volumes (no original, seis) de “O Método”, 1999-2002, eram a resposta-estofa que à época apaziguava (só apaziguava) aquelas perguntas. Se para a própria física quântica a realidade é essencialmente complexa (“complexo”



= o que é tecido junto), mimética, sem estruturas fixas ou sempre regulares (“caótica”), para as ciências sociais a solução bem que valeria. Vaguei por aí, até achar insuficiente a tal complexidade do real. Formava-se dentro de mim, e me ameaçava, uma ideia de radicalidade milenar e sedutora.

Ainda em 1981, surpreso, eu lera de Pedro Demo (1980), que no livro me pôs a dedicatória: “para tirar o sono”:

Diz Habermas, expressando a posição da Escola de Frankfurt: ‘Não sabemos fundamentalmente nada a respeito de uma correspondência ontológica entre as categorias científicas e as estruturas da realidade’. (HABERMAS, J. *Analytische Wissenschaftstheori und Dialektik*. In: TOPITSCH, E. (org) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 292.) Não se pode confundir o plano da lógica (o pensar) com o da ontologia (realidade pensada). Contradizendo o empirismo que não problematiza tal correspondência, aceita-se que a ciência trabalha com uma realidade construída. (p. 18, *grifo do autor*).

Só muito depois, eu vim a associar isso ao que li em Lyotard (1984, p. 24): a regra da *hard science* é como a forense, onde só “existe” o que está nos autos e pode ser suscetível de argumentação e prova objetiva. Ela só afirma algo em relação a seu

próprio contexto de premissas, modelos, hipóteses de partida e métodos de prova. Uma validade fechada em si.

No meio da década de 1990, passei por uma espécie de “conversão epistemológica”. Este fato, descrito por Kuhn (1978 [1962], p. 183) como ocorrente dentro de comunidades acadêmicas, quando se abala a confiança em um paradigma de normalidade, atinge, em nível individual, as bases da honestidade intelectual, e é doloroso. Sente-se a vertigem de faltar-lhe o “chão epistemológico” (FOUCAULT, 2007 [1966], p. IX-XXII). O construtivismo em filosofia, essa desconfiança antiga, dos céticos a Vico (Séc. XVII), hoje bem presente (http://en.wikipedia.org/wiki/Constructivist_epistemology), reforçado por pesquisas empíricas na biologia do sistema nervoso humano, havidas entre 1950 e 1970 (FOERSTER, 1996); a afirmação popperiana do caráter hipotético (“conjecturas”, disse ele) de toda teoria científica (1985); a radicalidade lúcida da crítica foucaultiana à associação verdade-poder e a toda forma de iluminismo moderno (2007 [1997]) solaparam em mim o mito terrível do paradigma epistemológico clássico e moderno. Voltei, muitas vezes quase pasmo, à coisa: os discursos, inclusive os classificados como científicos, são construídos social e imaginativamente. E a verdade de cada discurso, ou simples sentença – pela constatação ou qualquer outro tipo de evidência aceito –

não é mais que a correspondência entre aquele (ou esta) e o(s) sistema(s) de referência que lhe diz(em) respeito e em que o proferidor se coloca naquele momento. Isso deve ser dito dos fundamentos da química e biologia modernas e de tudo que a eles se reporta, inclusive a medicina, à física quântica, dos sistemas filosóficos aos sistemas lógicos formais. “Relativismo”? Não. Porque este é exatamente o termo com que os sistemas filosóficos ainda presos ao paradigma moderno da correspondência classificam seus adversários diretos (LAUDAN, 1996). Auto-referencialidade do discurso, sim. Com ela, creio, tem a ver diretamente a releitura que Habermas, em relação à linguagem, fez da razão transcendental em Kant: não é possível deixar o mundo da linguagem para explicá-la “objetivamente”; ao pensar, já nos reconhecemos em linguagem. E a própria suspeita (ou convicção teórica) construtivista, de que falo agora, não se furta a isso. É por isso que: (1) o construtivismo epistemológico só se sustenta e se completa, como sistema de referência, dentro da pragmática da linguagem, pois não se apresenta como uma verdade alternativa, mas apenas como uma forma prática de esclarecimento e de normalização da atividade filosófica, que tende a “adoecer” pela incompreensão de si, como é a posição de Wittgenstein (1996 [1951], §§109, 254, 255 e passim); (2) ele tem como co-exigência (mútua implicatura): o pleno pluralismo sócio-discursivo e metodológico (ROTH, 1987). Ou seja, ao negar, no plano da lógica interna, a concepção

objetivista de verdade, não se substituiu a ela, admitindo-a, sim, no plano pragmático da convivência discursiva.

Fui reforçando convicções. No campo da linguística, uma das disciplinas que mais evoluíram do século XIX para o XX, a Semântica Formal, objetivista e realista, construída, talvez desde Frege, para viabilizar um alcance da realidade pela linguagem (“vemos a mesma lua a partir de diferentes descrições dela”), caiu definitivamente no Século XX, substituída pela Semântica da Enunciação, de Benveniste (1991 [1966]) e Ducrot (1979), onde a referência (o “objeto externo” a que nos referimos) é uma ilusão criada pela linguagem. No mesmo sentido contrário a uma correspondência direta da linguagem ao mundo, veio a Semântica Cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 1980). No limite da filosofia analítica com a linguística, acompanhei – inicialmente sem engolir bem o pragmatismo dito “americano” de C. Pierce e W. James – o afastamento da relação simples entre signo e referência, coisa de uma semiótica quase primitiva, para a introdução definitiva do contexto de uso no significado da linguagem, que remete à ação linguística: a tese de Quine (1960) sobre a indeterminação da referência rompeu a barreira e mostrou a insuficiência dos esforços do empirismo lógico para salvar a correspondência da linguagem científica aos objetos de referência que cria com seu método.

Ter tirado este mito de dentro de mim causa-me hoje transtornos sociais de todo tipo, exatamente como expressou Platão na famosa alegoria da caverna. Como entregar minha vida a “achados” das pesquisas científicas? Como aceitar uma nova sociedade religioso-dogmática, como foi a medieval, agora baseada na nova “fé”, a ciência & tecnologia, a quem se dá a última palavra? Como não por entre parêntesis as convicções absolutas dos médicos e outros profissionais, crenes cegos na ciência que, afinal, funda suas certezas? Inútil tentar explicar-lhes que sua certeza, como tudo que sabemos e sustenta as sociedades e cada um de nós, é de natureza prática, ou seja, a experiência geral ou a especializada mostra que assim funciona seguramente, tão seguramente que não poderíamos viver um minuto a vida real sem esta certeza. Então, certeza prática = “verdade” (o conceito tradicional e de senso comum). Só isso. Inútil mostrar que o próximo caso, o meu inclusive, pode ser diferente, a despeito de tudo levar a aceitar a legitimidade socialmente inquestionável e a internalizar a autoridade dos porta-vozes da palavra divinizada da ciência & tecnologia. Mas, fazer o quê?... Fazer o quê, se a crítica feita por Popper (2006 [1934]) ao raciocínio indutivo, que a ciência empírica usa na verificação, crítica histórica e cujo alcance ainda é mal avaliado, me convenceu de que a observação-teste não garante a teoria em que se baseia? Que esta, testada, satisfaz,

historicamente, exigências sociais de legitimidade (metodologias científicas), mas permanece hipotética (POPPER, 1975, p. 29)? Temos, disse ele, apenas um “método dedutivo de prova” que gera hipóteses melhores que outras, rejeitando o ceticismo total de Russel. Por isso, como todos sabem, desde Ptolomeu com seu geocentrismo e suas previsões exatas de estações e ângulos de incidência solar, teorias falsas (assim demonstradas depois) podem gerar previsões práticas “verdadeiras”, e isso pode estar acontecendo com as teorias hoje “confirmadas”. “Fazer o quê?” – pergunto.

Respondo para mim mesmo: vou rever, sozinho e “para nada”, a magistral coletânea de escritos de Davidson em *“Inquiries into truth and interpretation”* (2001)¹...

Mantenho, portanto, minha boa ilusão de que esta epistemologia construtivista – não me refiro ao construcionismo social (GERGEN, 1997) – é a garantia mais segura de uma criatividade profunda, responsável, duradoura para a teoria e a metodologia de pesquisa; e humilde, pois o construtivismo não pretende ser, como dito acima, a nova verdade, apenas uma convicção prática fundamentada. É naquela criatividade ou nova liberdade que penso quando acompanho discussões – superficiais? – sobre inovação e mudança. E foi por isso também que durante mais de dez anos incluí nos meus cursos no PROPAD/UFPE uma bem fornida unidade programática de crítica ao

¹ Note-se bem, a propósito deste problema, que não me refiro, em momento algum, à evidência de continuidade entre minha experiência interna e a linguagem com que a expresso, comunicando-a ou não. Aí se muda de plano epistêmico. Deixa-se a dimensão objetiva (a do discurso, do fato social da comunicação, em que se submete o proferimento à aceitação de outrem) e entra-se na subjetiva. Esta “correspondência” não vale menos que a do mundo objetivo e social (“eu para fora”), pois é por este reconhecida intersubjetivamente e por isso altamente valorizada em vários estilos literários e na argumentação da retórica persuasiva. Isso é perfeitamente admissível no discurso objetivo (como faço agora). Talvez haja ali uma forma de identificação interna que a linguagem objetiva nunca poderá traduzir. E mais: na prática-prática, cada um de nós sabe intuitivamente (“sente”) quando sua linguagem interior “encaixa”, quando atende perfeitamente à referência experimentada. Mas não se pode transpor de planos, porque a evidência de continuidade entre minha experiência interior (que inclui racionalidade) e a linguagem que produzo para ela só são acessíveis a mim próprio. Assim, confesso: mesmo trazendo a linguagem objetiva para minhas convicções pessoais – como o leitor pode ver neste depoimento – no fim e na dúvida, sou por Gilberto Gil, que cantou, muito antes de outros: “Quem sabe de mim sou eu” (*Aquele Abraço*).

paradigma epistemológico da modernidade. Depois disso, igualmente, vi razão em terem grandes pensadores franceses, como Derrida, Lyotard, Baudrillard, Foucault, Bourdieu e outros, deixado decididamente para trás, sem réquiem e sem o sofrimento de Nietzsche no seu século, o paradigma moderno, de fundo determinista e religioso, inclusive revendo em parte seus mestres estruturalistas e enfrentando a alcunha de “pós-modernistas”. Enfim, acredito que esta epistemologia aberta que nos legou o Século XX dê espaço a um novo pragmatismo, livre do determinismo de “verdades científicas”, mas ético como o descreveu Rorty (1999), e já incorporado à pragmática da linguagem, como teorizou Habermas em sua Pragmática Universal.

Chamo a atenção para dois corolários da equivocada correspondência teoria científica-prática, ou correspondência conhecimento científico-realidade. Primeiro, a distinção que infelizmente veio a prevalecer entre nós como contexto em que se resolveria o desnível epistêmico inevitável da teoria organizacional com a prática profissional: a distinção entre teoria descritivo-explicativa, teoria preditiva e teoria prescritiva. Geralmente, quem pensa assim não disfarça a superioridade científica da primeira sobre a última, mal merecedora de lugar na casa, se produzida fora de um encadeamento com ela (a descritivo-explicativa); fora disso, o discurso prescritivo seria retórica insubsistente, algo apriorístico, e não recomendável à prática. E mais: a única teoria merecedora do nome seria a científica, pois espelha a



realidade. Acrescente-se, na crítica, que “teoria preditiva” é apenas a extensão da teoria explicativa no tempo, já que é da hipótese, não da teoria, a predição factual (que tal fato acontecerá em tais circunstâncias).

Eis o segundo corolário, também infelizmente frequente entre nós: a dedutividade simples da teoria organizacional para a prática profissional. O senso comum da área diz que se “aplica” a teoria à prática. Certamente quer significar que formulações gerais podem ou devem reger a ação singular circunstanciada. Isso valeria se a tal formulação fosse uma construção conceitual para coleções de casos, estabelecida deliberadamente para elas como gênero e já intencionando formas de ação padronizada. Mas isso, extremamente comum, deve ser chamado de técnica, não de teoria. Aplicam-se técnicas e modelos teóricos (conceituais) de ação intencionada. Modelos de representação da realidade, como tanto gostam de fazer a economia e certas especialidades da administração, também não são algo diferente disso. A técnica aí consiste no tratamento engenhoso daquela representação para fins práticos, tipicamente para intervenção racional-dedutiva em um campo.

Oposta a isso, é a teoria um exercício disciplinado de imaginação (WEIK, 1989), mesmo aquela que usa termos denotativos para descrever e explicar o objeto que se dá. Não

se dirige a caso algum, mas acaba preparando eficazmente o agente para um campo de ação (VAN de VEN, 1989). Teoria não é divagação, mas teorizar é o direito inalienável do espírito humano de, mesmo mantido o compromisso com uma prática ou um campo de ação social, construir um discurso coerente e defensável que tanto abstrai do ocorrido quanto da própria questão da viabilidade presente. Nisto a teoria científica em ciências sociais faz fronteira com outros gêneros literários como o romance, por exemplo, sem compromisso epistêmico com a descrição explicativa da realidade (que seria o lado oposto à ficção), mas cuja eficácia de transformação social e pessoal é fartamente atestada ao longo de séculos, e até sobrevive ao tempo.

Pois bem, esta concepção de teoria, teoria mesmo, bem longe do positivismo, só “encaixou” para mim quando comecei a fechar sua equação com a epistemologia construtivista (de que tratei páginas acima). Foi em um seminário, ao final de 2001 e da pesquisa (CNPq, 1999 a 2001) referida pouco acima, que primeiro me veio, intuitivamente, uma formulação que depois desenvolvi e que se tornou convicção enraizada: “Teoria não é para a prática, é para o praticante.” Sempre me referindo à administração, acrescentei, depois, que para a prática é a estratégia e a técnica, que não deveriam ser confundidas com teoria, nem desta se deduzem simplesmente, ou por via lógica, porque então interferem a situação singular, o caso, a



circunstância, a informação ou desinformação e a intuição de conveniência. Abstraindo disso, a teoria se destina a esclarecer, gerar ou rever convicções e, sobretudo, inspirar e orientar – no caso, inspirar e orientar quem está em uma situação de prática. É de um praticante esclarecido, renovado em sua compreensão do mundo e dos problemas, que surge, por caminhos não dedutivos, uma prática renovada. Para mim, esta formulação define e enobrece o mérito do trabalho teórico em Administração. Não encerra a discussão, mas é o que penso hoje. “Afim – como ouvi certa vez do inesquecível Prof. Fernando Cláudio Prestes Motta em um seminário de EnANPAD, no começo dos anos 2000 – tem-se que ter os pés em algum lugar”. E os meus estão na prática.

Anos mais tarde, achei que devia ir além disso e provocar algo contra o adormecimento maléfico que prende à superficialidade o binômio teoria-prática: “Teoria, teoria mesmo, não tem nada a ver com prática, nada.” Tentam coordenar-se como dançarinos, pessoas diferentes, em uma dança em que não se tocam. Fora de uma perspectiva essencialista e no contexto da pragmática da linguagem, são ações diversas, não só pelos seus contextos significativos, mas porque não precisam necessariamente uma da outra e sua interação permanece misteriosa. Foi nesse tom provocativo que publiquei na Revista Dom, da Fundação Dom Cabral, após um seminário com professores dessa instituição de vanguarda na qualificação de



executivos: “Confronto teoria x prática: reconciliação ou... divórcio mesmo?” (Dom, Revista da Fundação Dom Cabral, v. 05, p. 81-85, 2011).

SOBRE A “ADMINISTRAÇÃO” E OS “ESTUDOS ORGANIZACIONAIS”

Este depoimento está sendo dado a Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. A pergunta agora seria: como foi e é meu relacionamento com os Estudos Organizacionais? Contudo, diante do que escrevi até aqui, ela tem que ser formulada – e, em seguida, explicada – assim: “como foi e é meu relacionamento com ‘Administração’ e ‘Estudos Organizacionais’?”.

Começo pelo que vi na literatura e de muitas formas na ANPAD, onde a Área (depois Divisão) de Estudos Organizacionais (EOR) era líder, o *mainstream*, dizia-se, onde estrelava uma plêiade de pesquisadores, a maioria fundadores históricos da Associação. Várias destas pessoas integravam outras áreas mas participavam também de EOR. Formou-se então para mim “o enigma dos Estudos Organizacionais”. Durante bom tempo tentei fugir – ou estive sob a pressão – do “decifra-me ou te devoro”: a grande área de pesquisa, inseparável do campo social não deveria deixar de chamar-se “Administração” e passar a ver-se como “Estudos Organizacionais”? Que valor ainda teria, afinal, uma teorização quase toda voltada para a figura do



administrador? Como acomodar em “Administração” uma perspectiva explicativa mais ampla, esta que o discurso das ciências sociais atualmente permite? E se isto não é possível, se tal hipótese deixaria fatalmente os pesquisadores fora do campo da ciência – hipótese insuportável (!) – aquela teorização “prática”, pergunta-se, não deveria ser desprezada como “gerencialismo” sem base e a academia de administração reconhecer-se como tendo evoluído para os Estudos Organizacionais? Então, dizem estes como a Esfinge: “aceita-nos ou procura outro campo, porque nós somos agora a Administração”.

O leitor logo perceberá que convicções resumidamente justificadas em seções anteriores acabaram por impedir-me de aceitar a provocação e o dilema da Esfinge. A história e sociologia do conhecimento, e a própria linguística reposicionaram este gênero de discurso chamado “ciência”. Encontraram mais evidências para pensar que a ciência ocidental, hoje universalizada, é um conjunto de tradições culturais de pesquisa com uns três séculos de vida, de difícil caracterização, inclusive metodológica e profissional, onde não dá para falar mais em “unidade da ciência” em trajetória cumulativa (ascendente), como sonhou o positivismo lógico no começo do século XX, ainda refletindo o iluminismo. Isso muda o rumo da discussão clássica

sobre “o que é ciência”.² Desaparecido o mito moderno do conhecimento seguro, definitivo na sua evolução, e mergulhados nós na liquidez da sociedade, mãe e proprietária legítima do conhecimento, abre-se espaço para outras legitimidades no mundo do conhecimento criterioso, como aconteceu ao longo da história da ciência ocidental. Aberto o campo epistemológico à construção de ciências, abre-se com ele o linguístico.

Segundo a Teoria dos Atos de Fala (SEARLE, 1979), a Teoria do Agir Comunicativo (HABERMAS, 1981) e toda a pragmática da linguagem, a ilocucionaridade (a intenção diretiva do ato de fala) é o primeiro vetor do significado. Um discurso bem argumentado e ilocucionariamente estruturado “para” – não apenas “sobre” – campos e situações práticas, como as de “gerentes” (relações, não indivíduos) não

² É possível defender – e eu creio nisso – um traço cultural (“espírito”, disse Bachelard, 1996 [1938]) persistente no conjunto das traduções culturais de pesquisa que acima identificamos como ciência: procurar um conhecimento mais exigente que o do senso comum, o valor do crítico, do criterioso, do que problematiza o que em geral se aceita (BACHELARD, 1996 [1938], p. 18). Há um sentido especializado para “crítica” na filosofia e ciências sociais (BOER, K.; SONDEREGGER, R., 2012), mas aqui limito-me, lendo Bachelard, ao sentido mais amplo e etimológico do termo: a exigência de uso metódico de critério no que se afirma. É pela crítica ousada, perspicaz e equilibrada, uma arte incrivelmente difícil, que a boa tradição avança. Porque a crítica tem o poder único de ligar os autores a quem os precedeu, discordando deles, e a um futuro aberto e criativo. A crítica, nesse sentido, e não o método, seria um elemento íntimo à ciência, muitas vezes, mas não sempre, capaz de distingui-las de outros gêneros de discurso, não importa quão aceitos sejam na sociedade atual. O preço dessa imprecisão na identificação do que é científico ou não, não tem impedido essas tradições de prosseguirem, séculos afora.

pecaria contra a grande tradição científica (que, aliás, sempre teve suas “ilocucionaridades suspeitas” como mostrou Foucault). Seria tal conhecimento simplesmente tecnologia? Posta à parte o “simplesmente”, quem separaria hoje, nas melhores instituições de pesquisa, a pesquisa tecnológica da pesquisa científica? E é bem possível defender teoricamente que o conhecimento tecnológico é científico (RÜDIGER, 2007, p. 36, 186-187) e que, institucionalmente, o fomento oficial de ambos, como no caso do Brasil e muitos outros países, torne a pergunta irrelevante. Gostaria de ainda poder aventurar-me nestes oceanos, e, brincando agora com a metáfora, imaginar que em alguma manhã, de minha nau olhando ao longe, dizer: “À vista terra firme para ancorar as tradições incipientes de um conhecimento científico-tecnológico para as relações administrativas”... Nem que tudo se mostre, depois, miragem.

Então, como “decifro” o enigma da Esfinge: para mim, Estudos Organizacionais é uma tradição recente (quatro ou cinco décadas) de pesquisa aberta a diversas disciplinas, mas que se conserva fiel às suas origens na sociologia, mesmo que a ideia de organização já não seja denominador comum nem centro de convergência para o campo, inclusive porque neste se abriga forte rejeição à sociologia parsoniana e à própria teoria geral dos sistemas que nas décadas de 1950 e 1960 inspirou

acadêmicos da sociologia das organizações. É difícil identificar um interesse comum nos Estudos Organizacionais e não vejo razões de identidade que, hipoteticamente, autorizassem os Estudos Organizacionais a certa apropriação da tradição anterior voltada para a prática administrativa em instituições empresariais, públicas e outras. Não vejo como se considerarem os legítimos herdeiros da antiga teoria administrativa, e por isso discordo da posição de W. Richard Scott (2014, p. 21), em seu cap. 2 (*Institutional Theory Meets Organizations Studies*), quando diz:

As we have seen, institutions were identified and analyzed quite early by social scientists. Some of these scholars specifically attended to organizations as one type of social structure, including Weber, Tocqueville, and Parsons. However, the emerging field of organization studies in the 20th century drew primarily on the work of engineers, such as Taylor (1911; see Shenhav 1999); administrative theorists, such as Fayol (1919/1949) and the early work of Simon (1945/1997); former executives, such as Barnard (1938); and industrial psychologists like Mayo (1945). March (1965) dates the appearance of a distinctive focus on organizations to the period 1937 to 1947. (Grifos meus)

Como colocar interesse e método de engenheiros e executivos na linha daqueles de cientistas sociais e, “portanto”, dos “recentes” Estudos Organizacionais? Esta é a narrativa inicialmente montada por conhecidos scholars em universidades



americanas, que têm tradição institucional de vínculos com a grande indústria, e amplamente divulgada entre nós por Idalberto Chiavenato e outros que precisam contar uma história simples e autoritativa a seus leitores. Já é tempo de duvidar dela e pesquisar quem teria realmente dado continuidade aos interesses daqueles executivos e homens de negócios, através de Peter Drucker e até nossos dias, desprezando-se a caricatura dos “gurus”. Afinal, seu público é o mesmo e só faz crescer com novos problemas, público que nunca foi bom leitor dos Estudos Organizacionais. Este público precisa de estudos críticos (criteriosos), uma literatura sem as características da consultoria individualizada nem as do jornalismo noticioso, mas que não deixe nunca o interesse e a intencionalidade da prática profissional. A academia de Administração tem sim, áreas de maior contato com aquele público, como marketing, estratégia, políticas públicas e administração de sistemas de informação, e esta experiência já bem nutrida deve ser fonte de reflexão para ver o que falta e o que contribui para estudos de identidade institucional da área de Administração.

Muita coisa em sociologia ainda é discurso sobre a “natureza” do social – lembrando a perspectiva epistemológica da ciência moderna, tão bem desmontada por Rorty (1994), que se referiu à pretensão dela como a de “espelho da natureza”. Não responde bem à forma como as coisas chegam para o encaminhamento da ação



administrativa. Como alternativa para esta situação de conhecimento só temos hoje a técnica. É pouco. Ficamos nos limites da classificação clássica milenar de Aristóteles: ou epistême (conhecimento teórico), ou techné (conhecimento “prático”, habilidade do como fazer) ou frônesis (sabedoria prática, misto de prudência, astúcia, senso de oportunidade e de medida, que a experiência pode trazer). A ideia de tecnologia (conceitual) gerencial ainda está mal construída, apoucada, reduzida a receitas práticas, interessantes mas quase gratuitas, campo onde cada um pode inventar a sua fórmula, desde que credenciado pelo sucesso pessoal como empresário ou executivo. Resultado: recorre-se à boa teoria organizacional, tentando “practicizá-la”, “troca-la em miúdos”, e isto tem que ser mesmo repudiado pelo senso crítico da academia de Estudos Organizacionais.

Enfim, em tudo isso o engano que nos tem deixado caminhando de forma ambígua ou eclética está em tentar guiar-nos por uma ideia de ciência identificada com academia, por sua vez identificada por certa metodologia formalística de trabalho. A revisão desta ideia tem sido e será mais difícil se buscarmos referência fechada em elementos internos de cada uma das tradições disciplinares que praticam ciência. Os trabalhos de Rehg (2009), sob o aspecto epistemológico, e Ostreng (2010) sobre o político-institucional, são inspiradores de uma renovada discussão da questão mal respondida da identidade da nossa área, que tanto lhe custa no contexto científico-institucional de que participa. E comporá, sem dúvida, este quadro a disputa



suscitada pelo *"Planned Obsolescence: publishing, technology and the future of the academy"*, de Kathleen Fitzpatrick (2011).

Retomo, pois, e para finalizar esta seção: Estudos Organizacionais, em que pese a incrível diversidade de fontes e temas, é uma tradição de pesquisa independente e por si, com status de fonte alternativa para elaboração administrativa, nem inferior nem superior a diversas outras disciplinas, todas de acesso livre àquela elaboração. "Administração" (ou "Administrações", aceito como natural o desdobramento de campos), geralmente inspirada pela prática profissional, é (ou são) outra. E que se formem outras tantas, na verdade mal abrigadas sob esta expressão! Que se tornem autônomas, por exemplo, tradições de pesquisa voltada para formulação de políticas públicas e sociais ou para políticas de ciência e tecnologia! "Gestão de Pessoas", "Finanças", "Operações e Logística", "Marketing" seriam áreas de interseção e heranças ainda mal resolvidas? Não há como negá-lo, nem lamentá-lo. Áreas de interseção são salutares e heranças mal resolvidas, um desafio, todas fazendo parte do atual quadro de transição e de demanda angustiante por esforços de definição identitária, coisa que para mim terá que realizar-se primeiro em outro plano, muito além do temático-disciplinar: o de laços dialogais e institucionais com esferas de

prática profissional, como acontece na Medicina, na Engenharia, no próprio Direito e em tantos outros de alta relevância para a vida social.

Vou devolver, provocativamente, meu repto à Esfinge: não faz sentido um programa de Estudos Organizacionais conferir diplomas de Administração.

CONCLUSÃO: SOBRE O “QUE SIGNIFICA TUDO ISSO?”

“Isso” o que? Não só a chamada “área”, mas essa coisa toda que a movimenta, interna e externamente, essa vida social e literária intensa que arrasta e consome carreiras e vidas de gente jovem que, pelo menos em algum momento, teve alternativa financeiramente melhor. “Que significa tudo isso?”, pergunto, para quem, nesse Jardim do Éden, após comer o fruto proibido do pensamento crítico, de repente se visse de forma completa e desvelada (“nu”). Mas a metáfora para aí, porque não há “pecado original” nem culpa. Há uma situação existencial, fascinante e dotada da honestidade das perguntas finais.

A legitimidade de adentrar-se esta pergunta e de vê-la como inquietante parece garantida pelo que acaba de ser mencionado como arrastando e consumindo vidas, coisa que vejo, mais que em outras subáreas, entre os Estudos Organizacionais e os grupos que em torno deles se reorganizaram recentemente – e isto para mim merece uma reverência profunda. Vou começar a responde-la com argumento do



“novo institucionalismo” e terminar com o “argumento” de minha experiência pessoal (entre aspas mesmo, pois ela é fundamentalmente intransferível).

A construção de sentidos está na raiz da ação social. Divergindo da percepção de Parsons, em que o comportamento derivava da pressão por ordem e equilíbrio do sistema social, os fundadores do novo institucionalismo, tomando ideias seminais de Mead (1934) e Berger e Luckman (1967), veem o comportamento social como refletindo significados institucionalizados (Silverman, 1971), crenças inclusive (Zucker, 1977). É preciso estar constantemente criando e redescobrimdo sentidos em nossa atividade acadêmica e institucionalizando-os para a vitalidade da academia. É essencial, por isso, perguntar renovadamente: “que significa tudo isso?”. Deem-me um sentido, ou dissolvo meus laços sociais e minha própria integração organizacional à academia.

A mesma pergunta também caberia, *mutatis mutandis*, aos grandes centros de pesquisa semelhante no exterior. Mas ressalto uma diferença: nas sociedades superabundantes, a produção cultural e literária do tipo *gratia artis* já mostra formas de manutenção econômica por veículos e *meetings*, e até mercados especializados. Aqui no Brasil agências públicas é que estão garantindo, por financiamento público

ou regulamentação oficial da qualidade, classificações e exigência de títulos, a pesquisa de pós-graduação. Isso faz para mim uma grande diferença. A carga de responsabilidade social é maior ainda porque é pouco discutido entre nós o conceito de “contribuição” (critério de avaliação de cada trabalho) ou é ambivalente o de “relevância”, como se não coubesse a nós a pergunta “a que leva a discussão?”. É muito tênue a linha que distingue o esforço de inserção no momento histórico – como quer que se o entenda – e o diletantismo auto-referenciado da academia que ainda respira um individualismo liberal oitocentista, inaceitável no mundo atual, de custos imperdoáveis e repercussões imediatas. Então a pergunta “que significa tudo isso?” é ética, sim, preme de apelo ao humano e social – não adianta esconder-se atrás do dogma positivista de que ciência nada tem a ver com ética.

Agora preciso dizer-lhes, meus amigos: é o passado, mais que o futuro, que demanda, desesperadamente, por sentido. Quanto mais se acumula passado, maior a pressão, talvez angústia. Terminada minha carreira, vejo-me como um pesquisador muito viesado, e estou ficando longe do que queria. Não expresse o ideal acadêmico, não sou um “scholar” da área (pois não largo o pé da filosofia e, neste próprio texto, é fácil ver minha pouca apetência pela leitura e citação de *journals*...). Contudo, gostei de ser professor. Recordo com satisfação meu relacionamento individual ou grupal com aqueles jovens.



Então, invocando apenas e incompletude natural da vida, quero fazer uma observação pouco animadora. Quando, conversando com estudantes de mestrado ou doutorado, lhes perguntava (pergunta geral, aberta) sobre sua dissertação ou tese, ouvi muitas vezes perplexo a resposta: “estou trabalhando com (tal) autor ou com (tal) teoria ou, ainda, (tal) método de pesquisa”. Ai está a coisa: parece que essa turma, a geração que vem (ou já está) aí, não trabalha para problemas, sejam teóricos ou práticos, como se vê acontecer hoje em todos os campos da ciência-tecnologia. Trabalha com um tema em moda no mundo acadêmico ou, ainda, sua intenção básica é exercitar-se escolarmente em certa habilidade metodológica, a de seu orientador. Eis a nossa pedagogia! Basta percorrer-se os sumários dos nossos periódicos: frequentemente mostra-se inegável a superfluidade temática das pesquisas; para compor a produção trienal do programa, vários trabalhos parecem feitos à base da literatura de disciplinas do curso, ou são subtemas destacáveis da pesquisa de um professor com preocupações teóricas pessoais e imaginosas. E assim estes estudantes de pós graduação se iniciam no paradigma de trabalho da academia. O insulamento acadêmico, fenômeno social muito estudado, não precisaria ser assim!

E o ideal acadêmico? – “Dar aulas e produzir papers, ora.” Assim se constrói currículo, referência maior da carreira, suas credenciais; assim se forma uma elite exclusiva,

de recheados currículos, onde se normalizou o narcisismo coletivo. E o que mais? O que faltaria, em termos de horizonte social da dedicação acadêmica, para que um pluralismo epistemológico, conquista do século XX, abrisse espaço a novas formas de diálogo acadêmico com o mundo profissional, conhecimento haurido, quem sabe, de um retorno profundo à natureza dialogal de toda linguagem, como tanto insistiram Bakhtin e Habermas? Vejo o exemplo das diversas ciências tecnológicas. Elas dialogam porque cooperam; cooperam porque a sociedade as pôs diante de grandes problemas-desafio comuns. O que faltaria, insisto, às academias de Administração e Estudos Organizacionais? Não tenho resposta. Ainda bem que não a tenho...

Obrigado a Farol pela oportunidade de dizer estas coisas.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. A formação do espírito científico – contribuição para a psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1976. 316 p. [1938]

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002. 280 p.

BARNARD, C. The functions of the executive. Cambridge: Harvard University Press, 1938. 334 p.

BENJAMIN, W. B. S. On the concept of history (Theses on the philosophy of history). New York: Classic Books America, 2009. 24 p.

BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral. Campinas: Pontes, 1991. 388 p. [1966-1974].

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. The social construction of reality. New York: Doubleday Anchor, 1967. 219 p.

BLOOR, D. Wittgenstein: a social theory of knowledge (Traditions in social theory).

London: Mcmillan, 1983. 213 p.

BOER, K.; SONDEREGGER, R. (Ed.). Conceptions of critique in modern and

contemporary philosophy. New York: Palgrave Mcmillan, 2012. 280 p.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências

sociais: os polos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

249 p.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis.

London: Heinemann, 1979. 432 p.

CAPRA, F. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo:

Cultrix, 2002. 296 p.

CLEGG, S.; HARDY, C; NORD, W. (Ed.). Handbook of organizational studies. London:

Sage, 1996. 760 p.

DAVIDSON, D. Inquiries into truth and interpretation. Oxford: Claredon Press, 2001.

320 p. [1984]

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1980. 296 p.

DEMO, P. Professor autor. São Paulo: Compacta, 2008. 82 p.

DOWNS, A. Inside bureaucracy. Boston: Little, Brown & Company, 1966. 292 p.

DUCROT, O. Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer. São Paulo:

Cultrix, 1979. 322 p.

FLECK, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte:

Fabrefactum, 2010. 205 p. [1979]

FOERSTER, H. V. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN,

D. F. (Org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes

Médicas, 1996. p. 59-74.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 568 p. [1966].

FOUCAULT, M. The politics of truth. Los Angeles: Semiotext, 2007. 200 p. [1997]

FITZPATRICK, K. Planned obsolescence: publishing, technology and the future of the academy. New York: New York University Press, 2011. 256 p.

GERGEN, K. J. Realities and relationships. Cambridge: Harvard University Press, 1997. 368 p.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2 v. 1554 p.

HABERMAS, J. Lecciones sobre una fundamentación de la sociologia en términos de teoría del lenguaje. In: HABERMAS, J. Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1997. p. 19-111.

HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. 276 p. [1988]

HANIKA, F. P. Guia moderno da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974. 112 p.

KAHN, C. H. Sobre o verbo grego ser e o conceito de ser. In: IGLÉSIAS, M. (Org.). Cadernos de Tradução I. Rio de Janeiro: NEFA/PUC-Rio, 1997. p. 155-196.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 264 p. [1962]

LAKOFF, G; JOHNSON, M. Metaphors we live by. Chicago: The Chicago University Press, 1980. 256 p.

LATOUR, B. A esperança de pandora. Bauru: EDUSC, 2001. 372 p.

LYOTARD, J.-F. The post-modern condition: a report on knowledge. Minneapolis: University of Minnesota, 1984. 144 p.

MEAD, G. H. Mind, self and society. Chicago: University of Chicago Press, 1934. 440 p.

MEZIROW, J. Perspective transformation. Adult Education Quarterly, Thousand Oaks, v. 28, n. 2, p. 100-110, Jan. 1978.

MEZIROW, J. Transformative dimensions of adult learning. San Francisco: Jossey-Bass, 1991. 272 p.

MORGAN, G. Images of organizations, the executive edition. London: Sage, 1998. 349 p.

MORGAN, G. Images of organizations. London: Sage, 1984. 520 p.

MORIN, E. O método. Porto Alegre: Sulina, 1999-2002. 5. v.

MOURA, G. L. Resignificações linguístico-pragmáticas na literatura de formação profissional sobre teoria organizacional: indexando fragilidades. 2009. 219 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, M. Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.

São Paulo: Loyola, 1996. 427 p.

OSTRENG, W. Science without boundaries: interdisciplinarity in research, society,

and politics. Lanham: University Press of America, 2010. 330 p.

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 454 p.

[1934]

POPPER, K. Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge. 4. ed.

London: Routledge & Kegan Paul 1985. 608 p. [1963]

POPPER, K. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte:

Itatiaia/USP, 1975. 394 p.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. Implementation: how great expectations in

Washington are dashed in Oakland. Berkley/Los Angeles: UCLA, 1973. 304 p.

PRIGOGINE, I. La fin des certitudes. Paris: Odile Jacob, 1996. 520 p.



QUINE, W. V. O. Word and object (studies in communication). Cambridge: The MIT Press, 1960. 312 p.

REHG, W. Cogent science in context: the science wars, argumentation theory, and Habermas. Cambridge: The MIT Press, 2009. 360 p.

RORTY, R. Philosophy and social hope. London: Penguin Books, 1999. 320 p.

RORTY, R. A filosofia e o espelho da natureza. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 388 p.

RÜDIGER, F. Introdução às teorias da cibercultura. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 151 p.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1. p. 55-94.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para a ciência pós moderna. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.



SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: ideas, interests, and identities*. 4. ed. London: Sage, 2014. 360 p.

SEARLE, J. R. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: CUP, 1979. 204 p.

SILVERMAN, D. *The theory of organisations: a sociological framework*. New York: Basic Books, 1971. 256 p.

VAN DE VEN, A. H. Nothing is quite so practical as a good theory. *The Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 486-489, Oct. 1989.

WEICK, K. E. Theory construction as disciplined imagination. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 516-531, Oct. 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 352 p. [1936-1951]

WITTGENSTEIN, L. The blue and brown books: preliminary studies for the 'Philosophical Investigations'. New York: Harper Torchbooks, 1958. 208 p. [1933-1935].

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, Chicago, v. 42, n. 5, p. 726-743, Oct. 1977.

Por onde andei: Administração, Estudos Organizacionais e algumas obsessões...

Resumo

O depoente, um professor aposentado, narra como sua carreira acadêmica foi precedida e marcada por atividades de prática gerencial, onde deitou raízes. Afastou-se de uma linha institucional racionalizante da administração para aproximar-se da teoria organizacional que, no Brasil, dominou a área a partir do anos 1990. Mas, por formação e interesses de pesquisa, a epistemologia e o método foram o centro de seus trabalhos e preocupações. Entre estas, o lugar da teoria na pesquisa, no ensino e na prática profissional da administração foi questão que veio a associar-se ao tema clássico da correspondência entre linguagem e mundo, aqui projetado entre elaboração teórica e contextos decisórios singulares. Posiciona-se pela pragmática da linguagem e a epistemologia construtivista e vê aí solução para aquelas questões, abrindo espaço para criatividade radical, superação de determinismos e construção da identidade da área. Termina por manifestar preocupações éticas com o sentido social da vida e trabalho acadêmicos.

Palavras-chave

Administração e Estudos Organizacionais; Pesquisa teórica e prática profissional; Epistemologia construtivista; Pragmática da linguagem; Sentido social da academia.

Where I walked through: Administration, Organization Studies and some obsessive themes...

Abstract

In this personal statement, a retired professor reports on how his academic career was preceded and stamped by his professional experience in administration, where it laid roots. Leaving behind rationalizing administration, he approached the organization theory that became dominant in Brazil from the 1990's. However, for his education and research interests, epistemology and method were in the centre of his work and worries. Among these, the place of theory in research, school learning and professional practice was a question that appeared associated to the classical, philosophical theme of correspondence between language and world, now viewed as between theoretical elaboration and singular decision-making contexts. He stood for language pragmatics and constructivist epistemology to see there a solution to those questions, giving room to radical creativity, overpassing of determinisms and the construction of identity in the area. He concludes by expressing ethical worries on the social meaning of academic life and work.

Keywords

Administration and Organization Studies; Theoretical research and professional practice; Constructivist epistemology; Language pragmatics; Social meaning of academy.



¿Qué me fui? Administración, Estudios Organizacionales y algunas obsesiones...

Resumen

El testigo, un maestro jubilado, cuenta cómo fue precedida y marcado por actividades de práctica de gestión, que se apoderó de su carrera académica. Se alejó de la administración de línea de racionalización institucional para acercarse a la teoría de la organización que en Brasil, dominó la zona desde el año 1990. Sin embargo, para los intereses de formación e investigación, la epistemología y el método eran el centro de su trabajo y preocupaciones. Entre estos, el lugar de la teoría en la investigación, la enseñanza y la práctica profesional de la gestión era una cuestión que viene a unirse tema clásico de la correspondencia entre el lenguaje y el mundo, aquí diseñada entre la elaboración teórica y contextos de toma de decisiones individuales. Posiciones de la pragmática de la lengua y la epistemología constructivista y luego ver solución a estas cuestiones, haciendo espacio para la creatividad radical, la superación de el determinismo y construcción de la identidad de la área. Termina expresando preocupaciones éticas sobre el significado social de la vida y el trabajo académico.

Palabras-clave

Gestión y Estudios Organizacionales; La investigación teórica y la práctica profesional; Epistemología constructivista; Pragmática del lenguaje; Sentido social de la academia.



Autoria

Pedro Lincoln C. L. de Mattos

Ph.D. em Government pela University of London. Professor Titular Aposentado da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pedrolincoln@gmail.com.

Endereço para correspondência

Pedro Lincoln C. L. de Mattos. Av. Bernardo Vieira de Melo, 1264, ap. 1802, Piedade, Jaboatão, PE, Brasil. CEP: 54400-000. Telefone: (+55 81) 988750025.

Como citar esta contribuição

MATTOS, P. L. C. L. Por onde andei: administração, estudos organizacionais e algumas obsessões... Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 642-707, ago. 2015.

Contribuição Submetida em 24 mar. 2015. Aprovada em 24 mar. 2015. Publicada online em 4 ago. 2015. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFGM | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 4 | AGOSTO | 2015 | ISSN: 2358-6311